



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011215-82.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Concurso Público / Edital**
 Requerente: **Ser Eventos Comércio e Serviços Ltda Me**
 Requerido: **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Ser Eventos Comércio e Serviços Ltda ME move ação de cobrança c/c ação indenizatória contra o Município de São Carlos. Sustenta que venceu o Pregão Eletrônico nº 64/2011, realizado pela municipalidade, para preparar e fornecer refeições para a delegação são carlense que participou dos jogos regionais em Barra Bonita, em 07.2011, pelo preço de R\$ 68.206,35. O referido pregão tinha por objeto o período correspondente apenas à primeira fase dos jogos. Todavia, o município-réu, além de confeccionar contrato indicando o preço de R\$ 63.786,55, inferior ao da proposta vencedora, ainda estabeleceu que esse montante dizia respeito a toda a competição, e não só a primeira fase. Somada a diferença no valor do contrato e o aumento quantitativo do serviço, a autora tem direito de receber R\$ 27.239,75 a título de diferença, montante que, atualizado, corresponde a R\$ 34.391,45, conforme planilha que diz instruir (mas não instrui) a inicial. Pede a condenação do réu ao pagamento desse montante, e ainda indenização por danos morais.

Contestação às fls. 28/40. Salienta o réu que a planilha mencionada na inicial não aportou aos autos. Acrescenta que o edital e o contrato não estabelecem que a obrigação pela qual a autora foi contratada por R\$ 27.239,75 diria respeito apenas à primeira fase dos jogos. Ao contrário: diz respeito a todos os jogos. E o regime de contratação é de empreitada por preço global, não cabendo a diferenciação pretendida pela autora. Quanto à diferença de preços (R\$ 68.206,35 para R\$ 63.786,55), foi aceita por todos os envolvidos, que assinaram o contrato. Pugna

1011215-82.2015.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pela improcedência.

Houve réplica (fls. 118/119).

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que insuficiência da prova oral para a solução das questões controvertidas que, como se nota abaixo, são objeto de discussão nesta causa.

O pedido de recebimento de diferença pelo fato de que o contrato diria respeito apenas à 1ª fase dos jogos, ao passo que a delegação do município teria permanecido até o final do evento, deve ser rejeitado.

Isto porque o procedimento licitatório e o respectivo contrato dizem respeito a licitação sob o regime de empreitada por preço global, em valor fixo, sem qualquer vinculação com o número exato de refeições a serem servidas, e sem qualquer vinculação com a 1ª fase apenas. O objeto da contratação: todas refeições as necessárias para a delegação no período total dos jogos, ou seja, 18 a 30 de julho de 2011.

Vejam-se: fls. 51, Item 6.3; fls. 52, Itens 6.5, 7.1; fls. 61, Item 16.4.

Ora, a empreitada por preço global é uma forma de execução indireta e, nos termos do art. 6º, VIII, "a" da Lei nº 8.666/93, corresponde exatamente à hipótese em que "se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total", contrapondo-se à "empreitada por preço unitário", conceitada na alínea "b", caso em que "se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas". A autora está pretendendo tratar seu contrato como se de "empreitada por preço unitário" se tratasse, em flagrante desrespeito ao regime eleito na licitação e no contrato.

Os quantitativos indicados na planilha de fls. 65, repetidos às fls. 71, são, como ali consta de modo expresse, apenas uma estimativa, sem afetar o preço global. A possibilidade de tais alterações ocorrerem está indicada expressamente na observação no inferior da página:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

"poderá sofrer alterações no número de refeições, dependendo dos resultados e classificação de São Carlos, nos Jogos".

Não bastasse, observamos que a autora menciona, na inicial, a existência de uma planilha demonstrando o saldo remanescente, mas tal planilha, como mencionado pelo réu em contestação, sequer veio aos autos. E, o que é ainda mais grave: intimada a autora a manifestar-se sobre a contestação que continha esse argumento, em réplica novamente não trouxe a referida planilha.

Por fim, verificamos nos autos que, mesmo que a tese da autora fosse verdadeira, no sentido de que a contratação estaria atrelada a um certo número de refeições, não apresentou qualquer prova documental – e essa prova somente poderia se dar por documentos – indicando que o número das efetivamente servidas foi superior ao estimado de 1320 almoços, 1305 jantares, 1305 cafés da manhã e 1305 cafés da noite.

Deverá a autora arcar com o ônus de sua omissão.

Quanto ao preço contratado, notamos que a proposta ofertada pela autora foi de R\$ 68.206,35, conforme fls. 87, entretanto o valor do contrato foi de R\$ 63.786,25, veja-se fls. 90. Há uma diferença.

Entretanto, o contrato celebrado administrativamente foi regularmente assinado pelo representante legal da autora, que concordou com o seu valor. Não se pode presumir vício de vontade ou consentimento, que aliás sequer foi alegado em contestação. Também não se pode presumir erro material porquanto o preço está, no contrato, indicado também por extenso, e inclusive foi publicado no diário oficial do município.

Cabia à autora comprovar a existência de algum vício no contrato, ônus de que não se desincumbiu, havendo de se presumir, na falta de qualquer prova, que nenhum vício de validade se faz presente, e o novo valor foi consensualmente encontrado entre as partes, possivelmente por força de renegociação favorável aos cofres públicos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Tendo em vista a regularidade dos pagamentos, não se fala em dano moral.

Ante o exposto, julgo improcedente a ação, condenando a autora nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários em 10% sobre o valor atualizado da causa.

Fls. 118/119. O benefício do art. 5º da Lei nº 11.608/2003, que não se confunde com a Justiça Gratuita, tem incidência apenas sobre a taxa judiciária, não sobre a taxa devida à OAB pela juntada do instrumento de mandato judicial. Por isso, prazo de 05 dias para o cumprimento, pela autora, da decisão de fls. 111, recolhendo a taxa devida à OAB.

P.I.

São Carlos, 03 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**